

**Jornal O Tempo – 07/12/2010**

### **Projeto quer incluir mais imposto na conta de luz**

<http://otempobetim.com.br/otempo/noticias/?IdNoticia=157679>

Produção de energia também pode gerar ICMS para o Estado. Numa conta de luz de R\$ 100, o consumidor brasileiro paga, em média, R\$ 45 em impostos. Valor maior do que os R\$ 35 pagos em 2002, um crescimento de 28,5%. Quase metade da conta vai para 36 tipos diferentes de tributos, entre impostos e encargos, como mostrou estudo do **Instituto Acende Brasil** e da PricewaterhouseCoopers. Só os impostos federais pularam de 7% para 14% sobre a conta desde 2002.

E esta carga pode aumentar mais num futuro próximo, caso os deputados federais aprovem o Projeto de Lei Complementar 352/2002. A matéria quer que o ICMS incida sobre toda a cadeia produtiva da energia, não só no consumo, como é hoje. Assim, o imposto seria em cascata sobre a geração de energia na usina, passando pela transmissão, distribuição, importação, conexão e conversão de energia elétrica. Hoje, a reunião de líderes decide se inclui o projeto na pauta de votações do plenário. O presidente do **Instituto Acende Brasil**, Cláudio Sales, espera que o projeto não seja aprovado. "O Brasil é campeão na cobrança de tributos de energia elétrica, só perde para a Dinamarca", criticou o engenheiro.

O advogado especializado em consultoria empresarial e sócio do escritório Portugal, Vilela, Behrens Advogados, Mateus Almeida, entende que o projeto visa aumentar a arrecadação dos Estados. "Com a divisão das etapas (do setor de energia) nas mãos de várias empresas, a base de cálculo do ICMS foi tendo o seu valor reduzido, e, portanto, a alteração busca trazer de volta a tributação para a totalidade do valor da operação", explicou.

A advogada do departamento tributário do escritório Décio Freire, Fernanda Couto, entende que o consumidor passará a pagar o ICMS também sobre os impostos já existentes com a aprovação do projeto. Mas a matéria também tem brecha para a inconstitucionalidade. "A Constituição Federal determina que o ICMS incide sobre o valor total da operação, mas nesta base de cálculo não podem estar incluídos valores estranhos à própria operação", disse.

O advogado Mateus Almeida admite que são possíveis questionamentos. "Mas eles não parecem ser um obstáculo à aprovação do projeto no Congresso", alegou o advogado, que não descarta a aprovação do projeto ainda este ano considerando o pedido de urgência feito pelos líderes, da oposição e da base do governo.

### **Setor já arrecadou R\$ 43 bi neste ano**

O setor de energia elétrica também tem um impostômetro que não para de contabilizar quanto já foi arrecadado em impostos e encargos na conta de luz. Neste ano, até ontem, foram R\$ 43 bilhões. É possível acompanhar os valores atualizados pelo site [www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br).

A gula dos cofres públicos nem sempre foi assim. Estudo do **Instituto Acende Brasil**, em parceria com a PricewaterhouseCoopers, mostrou que a carga tributária do setor avançou no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pulou de 35,9% em 2002, para 45%, em 2008.

O levantamento mostra que, em 2008, as 54 empresas pesquisadas do setor pagaram R\$ 46,2 bilhões de uma receita de R\$ 102,5 bilhões em tributos e encargos. Em termos percentuais, explica o estudo, a carga tributária sobre o setor caiu desde 2006, quando alçou pico de 46,33%. "Em volume de arrecadação, entretanto, cresceu

18,4% no mesmo período. União, Estados, municípios e estatais (empresas públicas com parte do capital privado) obtiveram uma arrecadação adicional de R\$ 7 bilhões, em dois anos", indicou a Acende Brasil.

Os dados foram informados pelas empresas, que representam 64% da geração, 80% da transmissão e 84% da distribuição de energia elétrica, e disponibilizados pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Agência Nacional de Energia Elétrica.